

Agroecologia: cidadania compreensiva e mudança social na cidade do Rio de Janeiro¹

Rodrigo Rossi MORELATO²

Resumo

Este trabalho demonstra como práticas de comunicação compreensiva realizadas por movimentos sociais contribuem na luta por cidadania. Metodologicamente, trata-se da sistematização de experiências de uma pesquisa-ação participante desenvolvida junto ao movimento agroecológico da cidade do Rio de Janeiro. Parto do questionamento sobre repertórios de comunicação para a mudança social e investigo o uso sistemático da voz enquanto metodologia de comunicação compreensiva na cidade do Rio de Janeiro. Demonstro que ao facilitar a participação social pelo exercício da voz, supera-se uma cultura do silêncio existente na sociedade brasileira, e tenta-se manter a cidade do Rio de Janeiro “aberta” à diversidade de usos do espaço urbano.

Palavras-chave: Comunicação; Comunidade; Meio Ambiente; Oralidade; Cidade.

Introdução

O artigo apresenta processos de comunicação comunitária voltados à promoção da cidadania por parte do movimento agroecológico carioca. Nesse sentido, o texto faz uma aproximação dessas práticas com a promoção de uma cidadania compreensiva originária do Sul Global (PAIVA, 2021).

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa-ação participante (FALS-BORDA, 1991) desenvolvida junto às redes de movimentos sociais de base agroecológica atuantes na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2015 e 2023. Ao longo desse período, me envolvi profundamente e de maneira diversa com as práticas comunicacionais desses movimentos, participei de suas atividades, mantive um diário de campo e realizei uma série de devolutivas, nos mais diversos formatos, ao longo da pesquisa. Deste modo, esta pesquisa é uma forma de descoberta do mundo e de produção de conhecimento através da solidariedade.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Radialista (DRT 19795-RJ), bacharel em cinema e audiovisual pela Universidade Federal Fluminense (2015), mestre (2019) e doutor (2023) em comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM-UERJ). Professor Adjunto no Centro de Formação em Artes e Comunicação da Universidade Federal do Sul da Bahia (CFAC-UFSB). Email: rodrigo.morelato@ufsb.edu.br

A pergunta que orienta este relato é: como as práticas de comunicação comunitária do movimento agroecológico carioca promovem cidadania? A hipótese que sustentamos é de que a construção da cidadania brasileira é singular, sendo tecida ao longo de nossa história; e que os processos de comunicação comunitária promovem a cidadania ao adotar uma postura compreensiva e fundamentada no exercício da sensibilidade e da corporeidade. Para tanto, apresento uma síntese das práticas de comunicação comunitária do movimento agroecológico, as quais se inspiram em fundamentos do Sul Global à sua realização. Deste modo, o texto é dividido em três movimentos.

O primeiro movimento apresenta um panorama da agricultura urbana e agroecológica carioca e o correlaciona com lutas por cidadania nesta cidade. O segundo movimento investe em uma apresentação do campo da cidadania segundo uma perspectiva do Sul Global. O terceiro movimento se detém na apresentação da perspectiva de ciência cidadã que a agroecologia possui, e apresenta as principais questões científicas e pautas sociais, componentes dessa ciência cidadã, da cidade do Rio de Janeiro.

Conclui-se que o movimento agroecológico carioca atualiza repertórios da comunicação comunitária brasileira, facilitando a participação social em processos decisórios quanto ao futuro da cidade e promovendo cidadania a partir das experiências de seus habitantes.

Agricultura Urbana: brevíssimo panorama carioca

Apesar de seus mais de seis milhões de habitantes, a maioria da superfície da cidade (50.1%) ainda é composta de "áreas não-urbanizadas" (IPP, 2018) como florestas, praias, restingas, lagoas, rios e pontões rochosos, todos esses elementos que encantam moradores e visitantes e ajudam a povoar um imaginário de uma cidade maravilhosa.

Nessa cidade, ainda é possível encontrar em diversas localidades um fazer não muito usual para as terras urbanas: a agricultura. Trata-se, no entanto, de uma agricultura que se desenvolve em íntima relação com as questões da cidade – como a gestão de resíduos, a insegurança hídrica, a luta por moradia, a dificuldade de acesso a insumos, disputas territoriais, dentre outros condicionantes -, ou seja, que se encontra mediatizada pela realidade (FREIRE, 1977) na qual se desenvolve. Na cidade do Rio de Janeiro, portanto, a agricultura urbana se apresenta em uma série de tipologias como hortas comunitárias, quintais de casas e pequenas propriedades rurais (MORELATO, 2023),

algo que dificulta seu enquadramento dentro dos estreitos limites das políticas públicas para o setor (FERNANDEZ; BAPTISTA FILHO, 2019).

Segundo o geógrafo Luc Mougeot (MOUGEOT, 2005), a existência de agricultura no interior ou nas periferias das cidades é uma constante histórica, sendo frequentemente invisibilizada pela dificuldade de se circunscrever conceitualmente essa prática social cotidiana, que tem ganhado destaque em fins do século XX.

Na atualidade, o fomento à agricultura urbana é visto como uma prática estratégica capaz de combater a insegurança alimentar, - que, na cidade do Rio de Janeiro, atinge 32,9% de sua população (RIO DE JANEIRO, 2024) - de promover resiliência perante mudanças climáticas, de promoção da saúde coletiva, de aumentar o engajamento cidadão, questões que atingem todo o planeta, já que, pela primeira vez, mais da metade da população mundial vive nas cidades (FAO, 2019). Ou seja, a agricultura urbana é uma forma de promover um desenvolvimento promotor de liberdade, capaz de superar problemas estruturais enfrentados pela nossa sociedade.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, tanto sua Lei Orgânica (RIO DE JANEIRO, 2010) como seus Planos Diretores Municipais reconhecem a existência de atividades agrícolas na cidade, apontam a necessidade de desenvolvimento de políticas de assistência que, como qualquer outra atividade produtiva, devem ter como finalidade a promoção da justiça social, a manutenção do homem em seu local de trabalho, o acesso à formação profissional e o direito à educação, cultura e o lazer.

Acontece, no entanto, que esses direitos aparentemente garantidos na letra fria da lei não se efetivam na vida cotidiana dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, em especial, para os seus agricultores. Embora existam mais de 1.500 agricultores na cidade, os quais produzem mensalmente mais de 30 toneladas de alimentos agroecológicos (LIMA, 2019), o município do Rio de Janeiro se considera 100% urbanizado, questão de invisibiliza sua agricultura urbana, dificulta o acesso a políticas públicas para a agricultura familiar e esmaece a cidadania dos agricultores cariocas. Em termos dos estudos de cidadania, pode-se dizer, portanto, que há uma diferença entre a cidadania formal e a cidadania substantiva usufruída pelos agricultores cariocas.

Com esse diagnóstico em mente, parte dos agricultores da cidade tem se envolvido na construção de movimentos sociais, caso da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede

CAU)³. Fundamentada nos pressupostos da agroecologia e profundamente embasada em processos de comunicação comunitária, eles têm exercitado uma cidadania compreensiva (PAIVA, 2021) por toda a cidade do Rio de Janeiro.

Sobre a cidadania: uma perspectiva do Sul Global

A cidadania se consolida enquanto campo de estudos nos anos 1990, momento de identidade entre a democratização de boa parte do globo – sobretudo nos antigos Segundo e Terceiro Mundos – e a sistematização, à nível científico, das práticas de transformação social protagonizadas por “pessoas comuns” (ISIN, 2005).

No caso do Sul Global, a contribuição do historiador José Murilo de Carvalho (1939-2023) é fundamental. Ao percorrer o fio da constituição histórica da cidadania no Brasil, ele demonstra nossa singularidade, se comparada à trajetória inglesa: no Brasil, os direitos políticos foram conquistados, embora apenas parcialmente, antes dos direitos civis (CARVALHO, 2019), invertendo a lógica do aprendizado coletivo e do caminhar social rumo à cidadania plena que ao buscar combinar “(...) liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível” (CARVALHO, 2019, p. 15).

Segundo sua perspectiva, a construção da cidadania brasileira se inicia em 1822, ano da Independência e, portanto, marco iniciático de nossa cidadania formal. Ao longo de seu percurso histórico, ele demonstra como a construção da cidadania brasileira conheceu avanços e retrocessos, os quais possuem uma íntima relação com questões geopolíticas do mundo ocidental ao qual, de modo híbrido, acabamos por nos filiar. Entre uma aparente conquista dos direitos civis, diversas barreiras à expressão dos direitos políticos e a oportunidade de construção de uma sociedade através do usufruto dos direitos sociais, ele conclui que

(...) a cronologia e a lógica da sequência descrita por Marshall foram invertidas no Brasil. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão de direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular [refere-se a Getúlio Vargas]. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito ao voto deu-se em outro período ditatorial, em que órgãos de representação política

³ A Rede CAU tem como característica se referenciar em outros níveis organizativos do movimento agroecológico, como o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Nem todas as experiências agroecológicas brasileiras têm essas articulações como referência.

foram transformados em peça decorativa do regime [Militar, entre 1964 e 1985]. Finalmente, ainda hoje os direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo (CARVALHO, 2019, p. 219-220)

Nesse sentido, o historiador afirma que, caso nos inspiremos apenas na trajetória anglo-saxã, parecerá que nossa caminhada rumo à cidadania tem realizado um “cidadão em negativo”, questão à qual ele afirma que “(...) uma interpretação mais correta da vida política de países como o Brasil exige levar em conta outras modalidades de participação, menos formalizadas, externas aos mecanismos legais de representação” (CARVALHO, 2019, p. 72).

É nesse sentido que estudos brasileiros, especialmente no campo da comunicação (PAIVA, 2003; 2021), têm proposto como fundamento à construção de nossa cidadania não o exercício discriminatório centrado no indivíduo, seus interesses e associações derivadas. Pelo contrário, a cidadania brasileira tem sido construída – fundamento que deve ser aprofundado e incorporado por nossa sociedade – através do maravilhamento quanto à realidade; algo com o que a comunicação comunitária, eminentemente compreensiva, pode contribuir – como deslocamentos epistêmicos, caso da agroecologia.

Agroecologia: uma ciência emergente e cidadã

A agroecologia é uma ciência emergente que se apoia na transdisciplinaridade que incorpora conhecimentos tradicionais e não científicos ao seu processo de produção e sistematização de conhecimento. Diferentemente das ciências tradicionais, a agroecologia não tem como objetivo a depuração de leis, a quantificação do real ou a previsão de regularidades; pelo contrário, ela possui um forte componente ético, caracterizado pela inseparabilidade entre causa e intenção, promovendo práticas voltadas à liberdade (MORLEATO, 2024).

Alguns autores do campo comentam que

O que atualmente chamamos de “agroecologia” tem sua origem na práxis camponesa e dos povos originários ao longo de aproximadamente 12 mil anos de criação e recriação de “agri-culturas”, as quais se encontram, dialeticamente, com a ciência moderna desenvolvida a partir do século XVII, em um processo de tensões, saltos e regressões. Resulta igualmente de resistência dos camponeses e povos originários contra o seu avanço no campo. Somente a partir do século XX esse processo passou

a ser sistematizado e organizado como um corpo próprio de conhecimentos científicos, adquirindo contornos de luta política no século XXI (GUHUR; SILVA, 2021, p. 60).

No Brasil, a trajetória desse campo de conhecimento se inicia nos anos 1970, período de imobilização de nossa sociedade civil e auge do paradigma desenvolvimentista embasado na difusão de inovações. Tais inovações, em especial as inovações da chamada agricultura industrial – como a introdução de equipamentos moto-mecânicos, sementes geneticamente modificadas e agroquímicos – ameaçava desarticular os processos de produção e reprodução do conhecimento tradicional ligado manutenção de agroecossistemas.

Entre os anos 1970 e 1990, essa ciência emergente era conhecida pelo nome de “agricultura alternativa”, tomando contornos conceituais mais precisos e adotando sua nomenclatura definitiva no início dos anos 2000 com

(...) o amadurecimento da análise ecológica da agricultura e da consciência ambiental, abrangendo diferentes áreas do conhecimento como as ciências agrícolas, ecologia e desenvolvimento rural. Incorporou, no caso do Brasil, pautas amplas e históricas dos movimentos sociais, como reforma agrária, valorização do rural, da mulher, da biodiversidade, da educação, da construção de novos mercados e da juventude. (BENSANDON, 2016, p. 18)

Na cidade do Rio de Janeiro, a agroecologia tem agremiado diversas experiências de agricultura alternativa, economia solidária, associações comunitárias, grupos religiosos, iniciativas de consumo consciente, práticas de pesquisa e técnicos extensionistas em movimentos sociais de rede, como é o caso da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), formada em 2009 e atuante desde então. Segundo autores do campo (PETRUS. CORRÊA DO LAGO; FERRER, 2022) esta cidade, as principais pautas dessa ciência emergente e engajada são constituídas de cinco eixos principais, os quais se relacionam intimamente com lutas por cidadania.

O primeiro se refere ao reconhecimento político-institucional da “agricultura familiar urbana”. Esse eixo está relacionado ao reconhecimento da pluriatividade – isto é, que a produção não se baseia apenas na agricultura, mas também no beneficiamento, no artesanato ou no turismo, por exemplo. À reformulação dos critérios definidores de agricultura familiar. Ao desenvolvimento de políticas públicas para geração de renda e para o autoconsumo e a uma mudança na cultura das instituições de fomento.

O segundo trata da incidência política, com a participação das redes enquanto sujeitos coletivos atuantes em instrumentos de três instâncias de poder. Seriam exemplos a atuação nos Conselhos de Segurança Alimentar (tanto municipal quanto estadual); a participação na Conferência Nacional de Segurança alimentar; a sistematização de uma proposta para a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana junto à Articulação Nacional de Agroecologia; a incidência junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO).

Um terceiro eixo trata do acesso à terra urbana. Agremia iniciativas de produção, armazenamento, distribuição e comercialização de alimentos; disputa o zoneamento da cidade do Rio de Janeiro através do Plano Diretor Municipal e dos Conselhos Municipais que o subsidiam; sugerem a adoção de nova tributação para áreas de produção agroecológica da cidade: que seja cobrado o Imposto Territorial Rural (ITR) ao invés do Imposto Territorial Rural (ITR).

Um quarto eixo se refere ao acesso a equipamentos públicos ou edificação de infraestrutura condizente com o modelo de cidade reivindicado pelo movimento agroecológico, onde não há distinção entre o morar e o plantar. Seriam políticas públicas para a integração saneamento-energia que fecham o ciclo hídrico e de nutrientes. Essas iniciativas deveriam ser descentralizadas, abarcando toda a cidade com, por exemplo, a construção de cisternas de captação de água de chuva ou de nascente, a construção de bacias de evapotranspiração ou banheiros secos, a realização sistemática da compostagem residencial e outras tecnologias socioambientais de baixo custo.

Um quinto eixo se refere à infraestrutura de beneficiamento e comercialização. Essas reivindicações buscam aumentar o valor de mercado e, assim, a viabilidade econômica da produção agroecológica que ocorre na cidade; a garantia da mobilidade inter e intrabairro, fomentando a criação de circuitos curtos de consumo; uma infraestrutura de apoio às feiras agroecológicas que acontecem na cidade e a necessidade de plataformas virtuais capazes de promover a resiliência dos circuitos de comercialização perante novos hábitos de consumo trazidos pelo isolamento social.

Considerações Finais

Ao longo deste texto, apresentei um breve panorama da agricultura urbana carioca, tracei a origem e o aprofundamento dos debates sobre o campo da cidadania e descrevi como o movimento agroecológico da cidade do Rio de Janeiro tem desenvolvido formas de promoção de uma cidadania compreensiva baseada na valorização das experiências e do universo fático dos agricultores da cidade.

Nesse sentido, pude demonstrar algumas das formas não ortodoxas de de construção da cidadania que têm acontecido nas terras do Rio de Janeiro a partir do exemplo da participação social em uma das atividades que envolvem a atualização do Plano Diretor Municipal, marco de constituição de uma cultura cidadã originado na Constituição Cidadã de 1988.

O estudo demonstra que o movimento agroecológico carioca se inspira em metodologias da comunicação popular e comunitária latino-americana – em especial, a tradição brasileira fundamentada nas propostas pedagógicas e organizativas de Paulo Freire. Destaco a necessidade de mais estudos que correlacionem a agroecologia com o rol de questões conhecido pelo campo da comunicação para a cidadania.

Referencias

BENSANDON, Ligia Scarpa. **Tecendo Projetos Políticos**: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CARVALHO, José Murilo. **A cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2014.

FALS BORDA, Orlando (org.). **Acción y conocimiento**: como romper el monopolio con investigación-acción participativa. Santa Fé (COL) : CINEP, 1991.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). **The Milan Urban Food Pact**: Monitoring Framework. Rome : FAO, 2019.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; BAPTISTA FILHO, Almir Cezar. **Agricultura familiar urbana: limites da política pública e das representações sociais**. Revista Cidades, Comunidades e Territórios, n. 39, p. 141-154, 2019.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GUHUR, Dominique; NIVIA, Silva Regina. Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

ISIN, Enghin F; TURNER, Bryan S. **Handbook of Citizenship Studies**. Sage Publications : London, Thousand Oaks, New Dheli, 2002.

LIMA, Caren. **Agriculturas na e da cidade do Rio de Janeiro**: dicotomias e especificidades da agricultura urbana. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

MORELATO, Rodrigo Rossi. **Rede Carioca de Agricultura Urbana**: agroecologia, comunicação e cidadania no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MORELATO, Rodrigo Rossi. Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU): mudança social, comunicação e cidadania. **Mediaciones**, 20(33), 291-311, 2024

MOUGEOT, Luc J. A. (editor). **Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture**. Earthscan and International Development Centre : London, 2005.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro : Mauda, 2003.

PAIVA, Raquel Paulo Freire: a cidadania compreensiva. **MATRIZES**, 15(3), 71-81, 2021.

PETRUS, Fernanda; CORRÊA DO LAGO, Luciana; FERRER, Luisa. **Agricultura urbana e direito à cidade**. In: RIBEIRO, Luiz Cezar Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (orgs.). **Reforma urbana e direito à cidade**. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2022

RIO DE JANEIRO. **Lei orgânica do município do Rio de Janeiro**. Com alterações e revogações assinaladas no texto, índice remissivo por assunto, quadro das representações por institucionalidade e emendas à lei. Texto atualizado até a Emenda nº 20/2019. Rio de Janeiro : Procuradoria-Geral do Município do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4946719/4126916/Lei_Organica_MRJ_comaltdo205.pdf. Acesso em 03 de mai. de 2024

RIO DE JANEIRO. **I inquérito sobre a insegurança alimentar no município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro : Frente parlamentar contra a fome e a miséria no município do Rio de Janeiro ; Câmara Municipal do Rio de Janeiro : Instituto de Nutrição Josué de Castro ; Grupo interdisciplinar de estudos sobre segurança alimentar e nutricional (GISAN) ; Centro de referência em soberania e segurança alimentar e nutricional (CERESAN) ; Instituto de Nutrição UERJ, 2024.